

(Re) enegrecimento feminizado: saberes e aprendizados no currículo invisível da comunidade remanescente quilombola de Helvécia - BA¹

Paulo de Tássio Borges da Silva²

*Pós-graduando em Sociologia pelas Faculdades do Noroeste de Minas
E-mail: paulo_tassio@correios.net.br*

RESUMO: Entendendo a educação como processo onde os seres humanos constroem-se num envolvimento dialógico, cultural e assuntivo, e que o (a) afro-descendente não é apenas um tema transversal, mas um construto de conhecimento, poder e identidade; nasce o presente artigo sendo construído a partir de diálogos desenvolvidos no curso de Pedagogia - Docência e Gestão de Processos Educativos, na Universidade do Estado da Bahia- UNEB - Campus X de Teixeira de Freitas - BA., no componente curricular Cultura Afro e Educação e em visitas de estudo à comunidade remanescente quilombola de Helvécia - BA. Com o trabalho pretende-se estudar, refletir e investigar com maior profundidade o grito feminizado das afro-descendentes de Helvécia no caminho da revitalização de sua história-cultura, que após um intenso processo de embranquecimento reenegrecem sua comunidade e constroem saberes e aprendizados que permeiam o currículo invisível comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: (Re) enegrecimento feminizado; Currículo; Revitalização.

ABSTRACT: Understanding education as a process where humans You build a dialogical engagement cultural issue, and the african decent, is not only a cross-cutting, but a construct of knowledge, power and identity; born this article being constructed from dialogue developed in the course of Pedagogy- Teaching and Management of Educational Processes, University of Bahia (UNEB)- Campus X - Teixeira de Freitas-BA., curricular component in African Culture and Education and study visits to the community of afro Helvécia-BA. With the work we intend to study, reflect and investigate more thoroughly feminized the cry of african-descendants of Helvecia in the way of revitalization of its history-culture, that after an intense process of whitening redarking their community and build the knowledge and learning that permeate the curriculum invisible Community.

KEY-WORDS: (Re)darking feminized; Curriculum

¹ Comunicação apresentada no simpósio temático: Cultura, memória e saberes das populações negras no IV Encontro Estadual de História- ANPUH/BA na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB- Vitória da Conquista-BA.

² *Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação, Educação Escolar Indígena e Interculturalidade: experiências entre os povos indígenas Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe –UESB/CNPQ*

É madrugada e os tambores tocam,
Acorda! Chegou à hora.
Hora de gritar,
Reenegrecer,
Bater barriga
E cair no samba-de-roda.

Chegou à hora do grito negro feminino,
Da desconstrução da “Dona Benta”
E da “mulata”.

Chegou à hora da mulher negra,
Símbolo de luta e ancestralidade.

Paulo de Tássio

Introdução

O trabalho busca dialogar com a concepção de currículo entendida como política cultural (GIROUX 1987) analisando o processo de (re) enegrecimento da comunidade a partir do currículo invisível difundido pelas mulheres afro-descendentes, na busca de estratégias que subvertam as políticas de embranquecimento construídas e as que se encontram em construção. Para isso utiliza-se de contribuição à práxis freireana com o fazer da comunidade, o sentido de cultura dado por Geertz (1989) a partir de uma rede de significados a serem dados e construídos pelos seres humanos em diversos grupos e com Thompson (1988) por acreditar que a cultura revela-se como uma arena de elementos conflitivos na relação dominador e dominado, onde os costumes representam uma forma pedagógica de resistência e revitalização do social, cultural e simbólico na perpetuação dos saberes e da cultura dos povos tradicionais; bem como as contribuições da socióloga Lélia Gonzalez (1979, 1989) acerca da mulher negra na luta político-cultural de suas comunidades contra o racismo e o sexismo. O texto dialoga ainda com outros (as) autores (as) que trazem aprendizados acerca do currículo, do multiculturalismo e da afrodescendência que serão apresentados no decorrer do trabalho.

Como suporte metodológico à pesquisa utiliza-se o enfoque etnográfico qualitativo dado pelas autoras Menga Lüdke e Marli André (1986), por entender que esta não se prende a meros dados quantitativos, mas presume observar, anotar, interpretar e significar a cultura do (a) outro (a) a partir do visto, do escutado, do silenciado, do empírico, da práxis e daquilo que é apreendido pelos sentidos.

1. Alguns aspectos históricos da comunidade

A comunidade remanescente quilombola de Helvécia é um distrito do município de Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia; a distância da capital, Salvador, é de 958 km, tendo como rodovia de acesso a BR 418. A origem do nome vem do latim da Suíça Helvetia. Foi fundada em 1818 às margens do rio Peruípe por George Eilhem Freireyss, é originária da antiga Colônia Leopoldina, uma plantação de café estabelecida por colonos franceses, alemães e suíços.

Helvécia era a fazenda mais próspera situada na Colônia Leopoldina, possuindo mobília importada da Europa, máquinas de serrar madeira e beneficiadoras de café movidas à energia hidráulica de uma represa. Em 1833 a Colônia Leopoldina tinha como principal cultivo o café, tendo a produção de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, e algodão para subsistência. Neste cenário a fazenda *Helvetia* destacava-se como modelo para as demais fazendas que se organizavam as margens do rio Peruípe, sendo que em vinte e nove anos após a fundação da Colônia Leopoldina, a mesma exportava “[...] pelo porto de Caravelas, de 66.000 a 70.000 arrobas de café, plantado e cultivado pelo braço de 1.267 escravos ([as])”. (ALBUQUERQUE 2006, p. 26)

Ao contrário do que se imaginam os (as) escravos (as) de Helvécia não descendem da imigração do povo banto.. Segundo Baxter e Lucchesi (1997:1) a população de escravos (as) de Helvécia “[...] é constituída por descendentes de escravos africanos, com substrato Jeje e Ioruba”. Os Jeje oriundos do reino de Daomé e os Iorubá do reino de Oyo. Acerca deste ponto, Freyre (1981, p. 299) salienta a importância de determinar a área de cultura de procedência dos (as) escravos (as), evitando-se o erro de vermos no (a) africano (a) uma só e indistinta etnia. A generalização dos afro-descendentes como etnia única, bem como os indígenas, é forma de violência simbólica. Onde se legitima o *status quo* dos dominadores e silenciam os sujeitos, os saberes e as práxis cotidianas, que distintas uma das outras representam uma multiculturalidade peculiar a cada região e etnia.

O declínio da Colônia Leopoldina ocorre após a abolição da escravatura, onde os (as) negros (as) não quiseram mais trabalhar para seus antigos senhores e abandonaram as fazendas. Acerca do abandono dos (as) escravos (as) na Colônia Leopoldina Braz do Amaral (2006, p. 112) diz que “tal infortúnio se deu, porque os senhores europeus eram muitos cruéis para os escravos do que os brasileiros, provavelmente pelo grande desprezo que votavam à raça negra”.

2. A monocultura do eucalipto

Segundo o último censo do IBGE, a população de Helvécia é de aproximadamente 4.500 habitantes, que convivem rodeados com a monocultura do eucalipto. A expoliação que sofre a população do extremo sul com a monocultura do eucalipto se inicia “[...] no fim da década de 60 quando o governo federal iniciou uma política de apoio e incentivo ao reflorestamento, onde reflorestar passa a ser uma atividade agrícola” (KOOPMANS 2005, p. 70) e primeiros anos da década de 70 quando o governo baiano incentiva nessa área a política do reflorestamento, adotada

sem limites com compras de terras a baixo custo, expulsão de pequenos produtores rurais e a subproletarização.

Segundo Koopmans (2005, p. 76), “[...] a implantação das grandes empresas de ‘reflorestamento’ e indústrias de celulose e papel provocou, estimulou e acelerou o despovoamento do campo e a venda de inúmeras propriedades agrícolas”. É importante ressaltar que este despovoamento nem sempre se realizou de maneira pacífica ou por vontade própria. A expulsão das famílias de pequenos proprietários agrícolas de suas terras foi feita por grandes empresas de eucalipto com estratégias distintas; sendo utilizado desde “[...] o emprego da força física para desalojar antigos ocupantes [até] os intermediários para a compra das terras, chamados de ‘corretores’” (KOOPMANS 2005, pp. 60-61). Onde argumentavam que as terras não eram férteis, difícil para o cultivo e que sua venda melhoraria sua condição de vida como inúmeros benefícios na cidade.

Segundo as informações do INCRA, 49% da área total do município de Nova Viçosa - BA pertencem às empresas Bahia Sul Celulose e Aracruz, um total de 45.118 ha. Isto sem contar com os aluguéis de terras feitos por produtores rurais por um determinado período para o plantio do eucalipto. Atividade essa, chamada de fomento florestal, que consiste em mais uma estratégia adotada pelas grandes empresas de eucaliptos, onde os proprietários de terras alugam suas propriedades para o plantio da monocultura; quando as árvores são cortadas e o contrato findado as propriedades estão arrasadas, com um solo empobrecido que dificilmente se produz bem. Outro fator de análise é o processo de favelização das cidades ao redor dessas propriedades, uma vez que os empregados não são aproveitados para tal atividade, pois o reflorestamento deste tipo gera na Bahia, apenas um emprego para cada 185 hectares plantados.³

Aos pequenos proprietários rurais de Helvécia que venderam suas propriedades restaram as periferias das cidades, aos que ficaram os restos de eucalipto para a produção de carvão e artesanato, bem como o desemprego.

3. Educação formal

Numa comunidade que data sua fundação de 1818, a presença de apenas 02 (duas) escolas de Ensino Fundamental e a ausência de instituições do Ensino Médio retrata a vulnerabilidade para o descaso e a indigência em que se buscou e buscam colocar a etnia negra na sociedade brasileira.

Acerca da vulnerabilidade em que se encontram os (as) afro-descendentes diante de outros grupos étnico-sociais, Silva (2006, p. 96) atenta para o fato que

o racismo configura-se como um fator de vulnerabilidade da população negra e afrodescendente porque é invisível, insensível, não se conhece, não se reconhece operando pelas vias mais violentas das relações humanas dificultando elaborar mecanismos de superação.

³ VEDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol 27, n 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

Alijados (as) diante do racismo, a comunidade de Helvécia convive ainda com uma política educacional de caráter urbano que a todo instante legitima e idealiza a cidade como o lugar civilizatório em detrimento do campo como o espaço do atraso. Desta forma, a combinação do racismo com políticas descontextualizadas com a educação do campo quilombola contribui para a estigmatização e o silenciamento do (a) afro-descendente enquanto cidadão (ã) brasileiro (a).

A negação às suas manifestações culturais e religiosas retrata o que provocou e vem provocando os processos de políticas de embranquecimento tão presente em nossas sociedades, em nossas escolas e em nossos discursos. Segundo Gonzalez (1981, p. 4) o branqueamento “reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais”. Nesta perspectiva, os valores de outras culturas são diabolizados, depreciados e desrespeitados, sendo que o modelo mais aceito passa a ser o do macho, branco e adulto.

É preciso ressaltar que mesmo com o racismo encoberto e políticas de embranquecimento percebe-se em homens e mulheres negros (as) de Helvécia a práxis da pedagogia da resistência (SILVA apud GIROUX, 2005, p. 53) encarnada na ancestralidade, entendida pela negritude como processo de educação onde “[...] educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; ancestralidade é tudo o que antecede ao que somos, por isso ela nos forma”. (NUNES 2006 p. 142).

Segundo Alzinéia, membro da Associação Quilombola de Helvécia, ela nunca se sentiu como pessoa na escola.⁴ O fato de não se sentir como pessoa revela a educação formal como um motor de aceleração e distanciamento cultural, que não gera significados positivos a partir da legitimação de um currículo eurocêntrico, sexista e urbano, por parte da escola e professores (as) que nada tinham em comum com os saberes da comunidade remanescente.

4. O quilombo como espaço de resistência

Antes de iniciar a discussão sobre o espaço quilombola de Helvécia, vejo como importante abordar um pouco sobre o conceito de quilombo e sua ressematização na sociedade brasileira.

A palavra *quilombo* origina-se da língua banto *umbudo* falada pelo povo *ovimbundo* para designar uma instituição militar da África Central. Para Munanga (1996, p. 60) o quilombo brasileiro é uma reconstrução do quilombo africano, utilizado como oposição à estrutura escravocrata, para implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos (as) oprimidos (as), onde se incluem alguns povos indígenas.

O conceito de quilombo como espaço de negros (as) fugidos (as) foi legitimado no Brasil em 1740 quando o Conselho Ultramarino, órgão responsável pelo controle central patrimonial considerou quilombo como: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, de parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles”. (MOURA 1981, p. 16) Esta configuração de quilombo ultrapassou a ideologia imperial e ainda persiste tendo como referência a experiência

⁴ Informação registrada em visita de estudo no dia 16-12-2007.

do quilombo de Palmares. É entre as décadas de 70 e 80 que o conceito de quilombo passa a ser discutido no contexto da abertura política, na descoberta de comunidades rurais e na construção no Movimento Negro.

Acerca da ressematização do termo quilombola, o Programa Brasil Quilombola diz ser “[...] um sistema onde as dimensões sóciopolíticas, econômicas e culturais são significativas para a construção e atualização de sua identidade” (2005, p. 10), ou seja, um espaço de ressignificação cultural em que estão inseridas as lutas e reivindicações dos (as) afro-brasileiros (as).

Em Helvécia, a obtenção do título de comunidade remanescente quilombola foi publicado no diário oficial da união em 19/04/2005⁵; título este conquistado com luta e dedicação das professoras negras, fundadoras da associação quilombola de Helvécia; trazendo uma nova energia, um novo axé, para aqueles (as) que buscam uma revitalização étnico-cultural e também alguns conflitos para os (as) que ainda estão silenciados (as) pelo embranquecimento e para aquela minoria que se beneficia economicamente das migalhas da monocultura e da invisibilização do seu povo.

5. A força da mulher negra de Helvécia

O passado de escravidão do povo negro relegou as mulheres negras à racialização, estigmatização e a exclusão do poder nas comunidades. A mulher negra foi estereotipada na sociedade brasileira, sendo adotada a figura da mãe-preta passiva a “dona Benta” do Sítio do pica pau amarelo, sempre pronta a servir e agradar os senhores e a sinhás, da doméstica e a mulata da escola de samba. Acerca de tais personagens González (1982), nos atenta que a mãe-preta ao contrário do que se tenta difundir, não foi pacífica e serviçal aos senhores e senhoras das casas grandes; mas sim protagonistas num processo simbólico de resistência passiva para o processo de africanização cultural brasileiro. Quanto à doméstica a autora analisa sua representação com os trabalhos de serventes, lavadeiras, merendeiras, etc, lugar em que a sociedade racista reservou a mulher negra desde a escravidão que se tornam mulatas, símbolo turístico mercadológico sexual.

Vale ressaltar aqui, que a combinação entre sexismo e racismo perpetua a legitimação da mulher negra como serviçal, doméstica e mulata, não levando em conta o papel da mulher negra na luta da resistência cotidiana, na liderança das religiões de matrizes africanas, nas escolas, na comunidade, no protagonismo e autonomia de suas vidas. Observa-se neste velamento iconográfico da mulher negra um aniquilamento físico, político, social e cultural, onde a coisificação e folclorização de sua imagem silencia sua individualidade, suas lutas e emancipações.

Em Helvécia percebe-se que a vontade de dialogar com as ancestralidades partem de mulheres, meninas e velhas que querem dar um basta ao processo de embranquecimento da sua comunidade. É forte o papel da mulher negra na revitalização e no (re) enegrecimento cultural da comunidade. O (re) enegrecimento feminizado da comunidade de Helvécia representa um rompimento na categoria do gênero, uma quebra do monopólio masculino nas decisões comunitárias. É o grito

⁵ Dado da Fundação Cultural Palmares. www.palmares.gov.br - acesso em 15/06/2008

negro feminino que ecoa contra o sexismo e o racismo, não apenas por reivindicações culturais, mas numa luta política de democracia e emancipação humana.

O papel da mulher negra em Helvécia é evidenciado na fala da educadora Regina, onde a mesma diz: “ser educadora em Helvécia é ter compromisso com o povo brasileiro, mostrar a etnia que nós somos, valorizar as nossas crianças”⁶. E é a partir da consciência de que são mulheres negras e do contato com o meio acadêmico que as educadoras de Helvécia se assumem como remanescentes quilombolas indo à busca do reconhecimento étnico, cultural e social de sua comunidade.

6. O currículo invisível

É a ancestralidade presente na cultura negra de Helvécia, em sua maneira de enterrarem seus mortos com seus pertences queridos e significativos, na dança do bate barriga, na capoeira, no samba de roda e na puxada do mastro de São Sebastião no 01 (primeiro) dia de janeiro de cada ano, na festa de São Sebastião e na luta dos mouros e cristãos que acontece na festa (sendo estas as manifestações por mim observadas) que vem educando a partir da resistência, da revitalização e da emancipação as novas gerações que sonham e almejam uma comunidade mais respeitada, autônoma e emancipada, onde os estereótipos, a discriminação e o preconceito não sejam tomados como verdades e legitimações simbólicas.

Percebe-se na comunidade remanescente quilombola de Helvécia um currículo invisível sendo tecido pelas mulheres negras, que em resistência e determinação militam com a associação quilombola e na escola do povoado por uma educação étnico- racial dialógica, humana e emancipatória. Acerca do currículo invisível entende-se “[...] como conjunto de valores, princípios de conduta e normas de convívio, ou seja, dos padrões socioculturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social”. (MOURA 2005, p. 17)⁷. Desta forma, o currículo invisível presente em Helvécia representa a cultura na comunidade, vista como um tecido de significados, expectativas e comportamentos discrepantes ou convergentes, que um grupo humano compartilha e constrói socialmente.

O currículo invisível da comunidade de Helvécia- BA representa sua afirmação enquanto quilombolas. É na expressividade revelada em suas manifestações culturais que os (as) membros (as) da comunidade demarcam suas lutas, seus sonhos e perspectivas.

⁶ Informação registrada em visita de estudo à comunidade no dia 16-12-2007.

⁷ MOURA, Glória. Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível. Coleção educação para todos. Brasília – DF, Vol. 09, pp. 263- 273.

Conclusão

É possível inferir nesta pesquisa que continua em andamento, que a comunidade remanescente quilombola de Helvécia- BA realiza um processo de (re) enegrecimento comunitário a partir de vozes femininas; o que chamo nesse artigo de (re) enegrecimento feminizado.

O (re) enegrecimento feminizado representa na comunidade uma resistência às políticas de embranquecimento e uma afirmação enquanto afro-descendentes. É no grito feminizado, presente na ginga da capoeira, na dança do bate-barriga, no samba de roda, na puxada do mastro de São Sebastião, na luta ente os Mouros e Cristãos, dentre outras manifestações culturais que a comunidade constrói seu currículo invisível e legitimam suas identidades de forma positiva e emancipatória.

Referências

- ALBUQUERQUE, Jean. Retrato histórico de Nova Viçosa- Bahia. Nova Viçosa- Bahia: Suprema. 2006.
- AMARAL, Braz do. Historia da Bahia, do Império á Republica / Braz do Amaral. -- Bahia : Imprensa Official do Estado, 1923. XVIII, 379 p.
- ANDRÉ, Marli E.D. A e LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1 ed.. São Paulo: EPU, 1986.
- BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. Estudos lingüísticos e literários, 19:65-84, Salvador: UFBA, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, 1997.
- BRASIL. SEPIIR. Programa Brasil Quilombola. Brasília - DF, 2005.
- _____, MEC, SECAD. Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília - DF, 2005. (coleção educação para todos).
- CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. 4 ed.. São Paulo: Papius, 2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 22 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 10 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREYRE, Gilberto. Casa- grande e senzala. 21 ed.. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1981.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis; Vozes, 1987.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Pittsburgh, mimeo, 1979.
- _____. O papel da mulher negra na sociedade brasileira. In lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

KOOPMANS, José. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. 2 ed.. Teixeira de Freitas- Bahia: DDH, 2005.

LOBATO, Monteiro. Reinações de Narizinho. – 16ª reimpressão da 48ª edição de 1993. São Paulo: Brasiliense, 2005. – (Sítio do Pica pau Amarelo)

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. Revista USP. n.28. São Paulo. 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/04>. >.

NUNES, G. H. L.. Educação quilombola. In: Edileuza Penha de Souza; Maria Carolina de C. Braga; Maria Lúcia de S. Braga. (Org.). Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. 1 ed. Brasília: MEC/SECAD, 2006, v. 01

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru- São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomáz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2 ed.. São Paulo: Schwarcz, 1988.